



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em oito de novembro de dois mil e vinte e três, às dez horas e dez minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=EdWJxvU7htM> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início a 72ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

1. PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.1 Informes Gerais da Presidência e Abertura da Reunião	
Discussão	A Secretária Executiva Célia Melo deu início aos trabalhos após verificação do quórum mínimo de 09 pessoas para abertura da reunião e prosseguiu com a apresentação dos presentes, sendo: Sebastião Siqueira, representante do membro André Merlo pela Prefeitura de Governador Valadares/MG, Antônio Carlos (Cacique Toninho), membro suplente representante dos atingidos do Espírito Santo, Jadilson Gomes, representante dos atingidos do Espírito Santo, Duarte Júnior, representante do Fórum de Prefeitos, Carlos Júnior Loss, representante do CBH Doce, Moara Giasson, representante do Ministério do Meio Ambiente, Luis Gabriel Mendoza, representante da SEMAD/MG, Tatiana Tatagiba, representante indicada para participação pela SETADES, Márcio Freitas, representante indicado para participação pela SEAMA/ES, Pablo Teixeira, representante da SECEX/CIF e Célia Melo, representante da SECEX/CIF. Célia Melo informou sobre inconsistências na Deliberação nº 722; foi lida errata para correção dos equívocos contidos no texto da deliberação. Em seguida, reforçou a importância da colaboração das Câmaras Técnicas quanto ao retorno das tratativas em relação ao Orçamento CIF 2024. Informou sobre pedido de juiz para publicação de todas as Notas Técnicas de Câmaras Técnicas no site público do CIF/IBAMA. Informou sobre minuta de deliberação para aprovação do Calendário 2024 e sobre solicitações de retirada de pauta e extrapauta. Por fim, registrou a avaliação pela IAJ sobre questões envolvendo o reconhecimento das novas áreas.
Ata da 71ª Reunião Ordinária	Aprovada.
ITEM 2 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
2.1 Análises de metilmercúrio no escopo metodológico do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) em Minas Gerais - Ofício FR.2021.0799_01, em 22 de dezembro Fundação Renova	

Discussão	<p>Leandro Guimarães iniciou a apresentação da Nota Técnica com breve explicação de histórico em torno do monitoramento da contaminação com potencial risco para saúde humana. Através de perícia judicial, foi verificado risco no consumo de pescado com contaminação por metilmercúrio. Foi expedida deliberação pelo CIF que determinou o monitoramento do elemento no âmbito do PMBA. Em diálogos, a Fundação Renova entrou em contato com os grupos de pesquisa responsáveis pelo monitoramento e apresentou a devolutiva de que a análise poderia ser incorporada no território capixaba, porém tornava-se inexecutável no território mineiro, devido a alterações estruturais no projeto que incorreriam em mudanças contratuais. A CT-Bio apresentou então possibilidades de incorporação do elemento no PMBA, tais como: adição em duas linhas de pesquisa através da expansão de recursos e apoio logístico, expansão da malha amostral do monitoramento da FEST ou contratação de terceira entidade para complementação dos monitoramentos por parte da Fundação Renova. Contudo, mesmo com as possibilidades, a Renova manteve a posição de inexecutabilidade do monitoramento em Minas Gerais, apresentando outras interpretações para a redação da deliberação. Portanto, a CT-Bio apresentou proposta de notificação da Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação nº 666. Após manifestação, Frederico Drummond informou que a CT-Bio já havia apresentado proposta de mapa com 18 pontos de monitoramento em Minas Gerais à Fundação Renova, sendo evidente a insuficiência das pesquisas abarcadas pelo edital da FAPEMIG; ainda, rechaçou o argumento já apresentado pela Fundação Renova denexo de causalidade para execução de ações e reforçou a impossibilidade de descartar um monitoramento sem sequer realizá-lo sob o argumento de resultados insignificantes, uma vez que foi apontado risco à saúde humana. Juliano Barbirato complementou a explicação afirmando que, além do relatório da perícia judicial, o relatório do PMBA na porção capixaba evidenciava o trânsito de metais pesados entre as cadeias tróficas, incorrendo em risco de chegada ao ser humano; portanto, independente do objetivo final do monitoramento, sua realização era indispensável para compreensão holística da contaminação decorrente do desastre. Joice Lopes reforçou a importância da validação da posição da CT-Bio, uma vez que muitas outras Câmaras também apresentavam resultados de contaminação que impactavam no risco à saúde humana. Lanla Maria lamentou a posição de inércia da Fundação Renova frente ao monitoramento da porção mineira. Ainda, reforçou a importância de monitoramento de possíveis contaminações de alimentos, pois a saúde humana continuava sendo uma incógnita para os atingidos. Cacique Toninho fez uso da palavra para reforçar a importância do monitoramento da contaminação também em áreas indígenas. Jadilson Gomes fez fala de repúdio à postura de negativa da Fundação Renova frente às diversas ações necessárias para reparação, o que se mostrava incoerente ao seu escopo de criação. Após leitura da minuta de deliberação, Laila Medeiros sugeriu reajuste no prazo para cumprimento. Foi acordado entre Fundação Renova e Câmara Técnica o prazo de 30 dias.</p>
Manifestação	<p>Laila Medeiros registrou que a Fundação Renova buscou diálogos junto à CT-Bio para garantir o atendimento à Deliberação nº 666, contudo não era verificada aderência do objetivo de monitoramento para fins de consumo alimentício ao escopo dos monitoramentos de biodiversidade. Ainda, informou que o relatório expedido pela perícia não trazia os elementos de nexode causalidade ou necessidade de expansão da malha de monitoramento, tratando-se de decisão isolada da Câmara Técnica. Por fim, argumentou que em outros monitoramentos o elemento não havia apresentado resultados significativos, reforçou que os programas de monitoramento já tinham escopos aprovados e solicitou que a Câmara Técnica reconsiderasse o pedido da deliberação.</p>

Deliberação nº 727	Aprovada.
---------------------------	-----------

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.3 Calendário 2024	
Discussão	<p>Célia Melo apresentou proposta de calendário de reuniões para o ano de 2024; Jadilson Gomes pontuou a importância simbólica da realização da reunião prevista para novembro em Mariana/MG, considerando o aniversário do evento. Moara Giasson sugeriu a inclusão na minuta de deliberação de competência à SECEX/CIF para realização de alterações urgentes em caso da inexistência de estrutura adequada para a realização da reunião. Após diálogos sobre datas e número de realizações anuais, a discussão foi adiada para melhores ajustes na proposta de calendário. Ao final da discussão, Célia registrou solidariedade a todas as vítimas do desastre, que completará 8 anos, e reforçou o compromisso do IBAMA com a justiça social e reparação aos atingidos.</p>

FALA DOS ATINGIDOS	
Dia 08/11/2023	
Discussão	<p>Joice Lopes questionou sobre a situação da coordenação da CT-OS para retomada dos programas acompanhados e reforçou a urgência da situação das novas áreas, incluindo pleitos do sul da Bahia.</p> <p>Liberina Barbosa informou que os pescadores estavam em luta para seu reconhecimento como atingidos e sua indenização justa referentes aos danos financeiros, morais e de saúde humana. Pediu respeito aos atingidos por parte das empresas responsáveis pelo desastre.</p> <p>Renan Rodrigues fez relato emocionado sobre a situação de saúde enfrentada por sua família e informou que os pescadores participavam das reuniões através de doações da comunidade da pesca, que depositava suas esperanças em apoio do CIF para seu reconhecimento.</p> <p>Jaildo da Costa relatou que os pescadores profissionais padeciam de assistência mesmo com a documentação necessária, o que lhes gerava enormes danos de saúde mental</p> <p>Jacieli Leite pediu que o CIF abrisse Eixo Prioritário para tratamento do tema dos pescadores profissionais, pois a classe estava adoecida e impossibilitada de se manter sem a devida assistência.</p> <p>Manoel Carlos da Silva fez relato sobre a escassez de recurso pesqueiro no rio Doce, o que gerava um enorme esforço de trabalho por parte dos pescadores, que não mais conseguiam subsistência.</p> <p>Wilson da Conceição solicitou reconhecimento dos municípios atingidos da Bahia pelos órgãos ambientais para que pudessem acessar os mecanismos de reparação.</p> <p>Enéas Ferreira registrou repúdio ao posicionamento da Fundação Renova de invalidação da Deliberação nº 58, o que tratava-se de deslegitimação do trabalho do CIF. Fez relato sobre recontaminação do mar através das chuvas, o que impactava em escassez de pescado e</p>

camarão. Por fim, solicitou que os trabalhos da CT-Bio referentes à contaminação no sul da Bahia fossem considerados.

Ivonete Brito informou que os pescadores precisavam lutar por justiça pois seus territórios dependiam exclusivamente da pesca para renda, não existindo possibilidades alternativas a centenas de trabalhadores.

Doraci da Conceição pediu que os órgãos ambientais olhassem para as condições precárias de sobrevivência enfrentadas pelos pescadores de Mucuri/BA.

Josival da Costa relatou sobre evidências apresentadas de contaminação nos recursos pesqueiros como pescados, ostras, carangueijos, siris e, mais recentemente, foram encontradas tartarugas em Coroa Vermelha/BA com sintomas de adoecimento. Reafirmou que a população não dispunha de recursos financeiros para participação nas reuniões.

Lídia Santos relatou que os moradores de Mucuri não mais conseguiam trabalhar pois a pesca havia sido profundamente afetada e pediu que as autoridades olhassem pela população que passava necessidade.

Benedito Gonçalves relatou sobre episódio de saída para o mar que resultou em uma passagem sobre corais que estavam cobertos por peixes mortos; informou que os pescadores enxergavam os impactos do desastre todos os dias em seu ofício.

Vilmar dos Santos relatou que, anteriormente ao desastre, os pescadores tinham fartura de pesca para comercialização e, após o desastre, mal conseguiam subsistir; pediu que os atingidos da Bahia fossem reconhecidos assim como o foram no Espírito Santo.

Pedro Conceição afirmou que a população pagava o preço da exploração da empresa que retirava as riquezas naturais do Brasil.

Maurício Pereira fez relato sobre viagens de até 18 milhas náuticas mar adentro em tentativas de conseguir pesca que, de tão escassas, sequer pagavam os custos de combustível da viagem.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)

3.1 Aprovação da “ampliação do número de Unidade Demonstrativa (UD) - PG17”

Discussão	<p>Frederico Ozanam iniciou apresentação da Nota Técnica 121/2023/CT-EI informando sobre a importância das Unidades Demonstrativas (UDs) para a atividade agropecuária, ao promover a difusão de tecnologia, conhecimento e aplicações práticas de métodos para propriedades rurais. Informou que, dentro do escopo do PG17, estavam previstas inicialmente 29 UD's; foram implantadas 20 UD's, das quais 10 estavam ativas, 10 estavam inativas e 9 não foram implantadas pela não continuidade das parcerias. Diante disso, a Fundação Renova apresentou proposta de implantação das UD's à jusante de Candonga. Após debate na CT-EI, a proposta foi aprovada via Nota Técnica, que solicitava a ampliação das Unidades Demonstrativas no escopo do PG17. A CT-EI recomendou que a implantação das UD's ocorresse de maneira participativa com as formas organizativas da região, garantindo assim maior compromisso dos proprietários contemplados com o anseio coletivo e com a função de desenvolvimento da região. Portanto, o PG17 totalizaria 32 Unidades Demonstrativas, sendo 23 (vinte e três) na região do Alto rio Doce, 06 (seis) no Médio rio Doce e 03 (três) no Baixo rio Doce.</p>
Manifestação	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.

Deliberação n° 729	Aprovada.
-------------------------------	-----------

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)	
4.2 Análise das áreas prioritárias para expansão do Projeto Renaturalização, apresentadas pela Fundação Renova em atendimento ao item 3 da Deliberação CIF nº 566, de 20 de dezembro de 2021.	
Discussão	Luis Gabriel Mendoza informou sobre o objetivo do projeto de renaturalização, a fim de acelerar o restabelecimento das condições ambientais do rio Gualaxo do Norte a partir de intervenções para retenção de sedimentos, controle de erosão e melhoria da heterogeneidade do fundo do rio para diversificação biológica. Foi feita breve apresentação de metodologia de seleção dos trechos adequados para renaturalização. A área total a ser renaturalizada no rio Gualaxo do Norte seria de aproximadamente 3,1 km. Ainda, o projeto utilizou a mesma metodologia já aprovada no projeto piloto. Membros parabenizaram o trabalho da Câmara Técnica e da Fundação Renova.
Manifestação	

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
4.2 – EXTRAPAUTA – Nota Técnica nº 127/2023/CT-EI	
Discussão	Ana Ivone Marques realizou apresentação do item extrapauta da CT-EI, referente a análise de solicitação de Aditivo de valores Projeto de Implementação da Cadeia Produtiva da Fruticultura em Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce. O projeto estava inserido no âmbito do PG18, com objetivo de contribuir para revitalização de forma ampla (ambiental, produtiva, econômica, social e cultural) nos assentamentos da reforma agrária atingidos na região por meio do fortalecimento das cadeias produtivas de frutíferas adaptadas à região do Vale do Rio Doce, por meio incentivo à produção, promoção ao cooperativismo, conscientização e qualificação dos produtores e beneficiamento da matéria prima gerada. A CT-EI analisou as justificativas apresentadas para a solicitação de aditivo: o projeto tinha cronograma de execução de 3 anos, de julho de 2021 a julho de 2024; contudo, em julho de 2023, foi verificada a impossibilidade de finalização das atividades com o valor orçamentário previsto, considerando aumento dos preços de serviços, insumos, equipamentos e materiais necessários à plena execução do projeto, destacando-se como motivos a inflação, a desvalorização da moeda nacional (real) frente ao dólar e os efeitos da pandemia COVID-19. Foi feita apresentação por parte da Fundação Renova dos resultados já alcançados e de proposta de aditivo no valor de R\$1.499.018,11 (Um milhão quatrocentos e noventa mil e dezoito reais e onze centavos), visando corrigir a defasagem financeira frente aos altos índices de inflação acumulados no período, ampliando as condições para conclusão da construção da agroindústria, além da continuidade de contratação especializada da equipe técnica para o acompanhamento da produção, fortalecendo as ações do projeto sem prejuízo às metas propostas. Após análise dos documentos apresentados junto aos Grupos de Trabalho, verificação do orçamento aprovado para o PG18 e orientações à Fundação Renova, a Câmara Técnica de Economia e Inovação entendeu pela pertinência da aprovação da solicitação de aditivo.

Manifestação	Sem objeções por parte da Fundação Renova.
Deliberação n° 730	Aprovada.

Por fim, às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, Célia Melo finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em nove de novembro de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e sete minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=QwhtD6aPYM4&t=22999s> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG teve início o segundo dia da 72ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.3 Calendário 2024 - RETOMADA	
Discussão	Célia Melo apresentou versão ajustada com base nos debates do dia anterior de calendário de reuniões para 2024 com a realização de 8 reuniões anuais; foi aprovada alteração do local da 73ª RO para Mariana/MG.
Deliberação n° 731	Aprovada.

FALA DOS ATINGIDOS	
Dia 09/11/2023	
Discussão	<p>Lúcio Rios agradeceu a receptividade do CIF aos atingidos da Bahia e afirmou que pleiteariam por espaços representativos no Comitê.</p> <p>Valeriana Gomes fez críticas ao TAC-GOV e relatou que os atingidos de Naque não aceitariam o modelo de participação das assessorias técnicas, que apresentaram modelo de eleições para 3 representantes no CIF. Relatou sobre cortes nos auxílios financeiros e afirmou que pescadores, produtores rurais e agricultores precisavam da assistência para sobreviver.</p> <p>Derli Coelho fez relato sobre eleição de 3 pessoas do estado de Minas Gerais e 2 pessoas do estado do Espírito Santo para representação no CIF e afirmou ser insuficiente para contemplar as particularidades dos territórios.</p> <p>Joice Lopes fez leitura de carta da Comissão de Atingidos de Regência endossada pela Comissão de Atingidos de Aracruz. Afirmou que os rejeitos seguiam presentes contaminando os territórios e disse que o desastre seguia matando pessoas.</p> <p>Liberina Barbosa afirmou que a categoria dos pescadores seguia excluída e abandonada pelo poder público, que acatava os pleitos da Fundação Renova na justiça. Fez relato sobre</p>

pagamentos indevidos a pescadores de Vitória/ES por parte da Fundação Renova que deixou grande parte da classe excluída, e afirmou que seguiriam prejudicados pela repactuação.

Renan Rodrigues afirmou que a presença nas reuniões acontecia com muito sacrifício e sofrimento dos pescadores, contudo precisam de uma resposta, pois a classe não conseguia mais se manter e enfrentava quadros profundos de adoecimento psicossocial.

Lanla Maria reforçou que o documento profissional do pescador era válido em todo o território nacional, uma vez que era profissão itinerante não vinculada ao local de residência, o que era abertamente ignorado pela Fundação Renova. Criticou a falta de transparência em relação ao processo da repactuação e disse ser vergonhoso o esvaziamento nas reuniões do CIF por parte do poder público.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.8 – EXTRAPAUTA – Apresentação de Boletins do PMQACH

Discussão

Jaqueline Francischetti informou endereço eletrônico para acesso aos boletins confeccionados quadrimestralmente pela Fundação Renova e disponibilizados ao público pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Foi feita apresentação exemplificativa de alguns parâmetros em pontos de coleta, assim como informações complementares disponíveis nos boletins quanto aos parâmetros de potabilidade monitorados e avaliados. Cacique Toninho e Jadilson Gomes levantaram questionamentos sobre as coletas e devolutivas de monitoramento para populações indígenas. Moara Giasson também questionou se a CT-Saúde havia identificado aprimoramento no formato de divulgação. Jaqueline Francischetti e Lucas Marciano responderam que a CT-Saúde seguia sensível a proposições de melhora na comunicação, em especial com foco nas comunidades indígenas.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.7 Plano de Ação de Saúde de Ouro Preto/MG

Discussão

Jordan, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto, iniciou exposição do Plano de Ação em Saúde do município com contextualização da rede de saúde municipal disponível, contendo: 23 Unidades Básicas de Saúde, atenção secundária especializada composta por diversas especialidades médicas, hospital filantrópico na sede do município e Unidade de Pronto Atendimento. Informou sobre o distrito de Antônio Pereira, pertencente ao município, conhecido como Vila Samarco por abrigar grande contingente da mão de obra trabalhadora da empresa. Foram levantados impactos de curto, médio e longo prazo, considerando danos psicossociais. Destacaram ainda alteração nos ciclos de vetores, aumento de incidentes com animais peçonhentos e alteração do microclima da região. A relação do ser humano com os animais sobre desequilíbrio após grandes desastres, o que potencializa os riscos de zoonoses. Foram analisadas as principais causas de atendimento nas UBS do município de 2016 a 2022. Os atendimentos que possuíam relação com o desastre foram avaliados juntamente com declarações de óbitos que poderiam ter relação com o evento, visando mensurar possíveis impactos diretos na saúde do município. Foi observado crescimento de atendimentos após o desastre, com aumento expressivo no distrito de Antônio Pereira, o que sobrecarregou o sistema de saúde. Expressivo crescimento de atendimentos e óbitos relativos à saúde mental. Aumento dos adoecimentos relacionados à infecções e

	<p>parasitas, doença alcohólica do fígado e diabetes mellitus. Aumento de realização de exames no município como um todo. A rede de saúde do município também foi impactada pela queda na arrecadação de recursos do município pós-desastre. O Plano apresentou propostas de ações como custeio de contratação de epidemiologista e agentes de endemias para monitoramento das situações, compra de equipamentos e infraestrutura para laboratórios, elaboração de materiais informativos sobre zoonoses, contratação de psicólogos, compra de equipamentos voltados para atividades educativas e construção de UBS no distrito de Antônio Pereira, devido a dimensão do impacto. Ao final das manifestações, Lucas Marciano registrou que a CT-Saúde não reconhecia o argumento denexo de causalidade para ação em saúde; ainda, informou que o município de Ouro Preto havia sido reconhecido como atingido por decisão judicial e Ação Civil Pública, sendo considerado apto para atendimento no entendimento da CT-SAÚDE.</p>
Manifestação	<p>Isabella Guerreiro registrou posição já apresentada da Fundação Renova, que compreendia o condicionamento da elaboração dos Planos de Ação em Saúde à realização dos estudos epidemiológicos, tratados judicialmente no âmbito do Eixo Prioritário 2. Com relação ao município de Ouro Preto/MG, manifestaram discordância quanto ao apresentado pois o município não compunha o rol de municípios atingidos listados no TTAC.</p>
Deliberação nº 732	<p>Aprovada.</p>

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.6 Plano de Ação de Saúde de Dionísio/MG

Discussão	<p>Marconi, representante do município de Dionísio/MG, iniciou exposição informando sobre aumentos nos atendimentos após o rompimento da barragem, com foco no aumento de casos de arboviroses, dermatites, parasitoses, gastroenterites, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e diarreias, entre outros. Ainda, houve aumento de problemas relacionados à saúde mental, como depressão, suicídios, surtos psicóticos, abuso de álcool e drogas, casos de violência, etc. Foi confeccionado Plano de Ação em saúde propositor de ações como melhora nas estruturas físicas das UBS, considerando ampliação das estruturas para melhor acolhimento e investimento em equipamentos, realização de contratações de profissionais administrativos, psicólogos e enfermeiros. Ainda, são apresentadas ações voltadas para assistência farmacêutica, assistência laboratorial, contratações para aprimoramento dos atendimentos de atenção especializada, investimento em automóveis para urgência e emergência e vigilância epidemiológica. Ao final das manifestações, Lucas Marciano registrou que a CT-Saúde não reconhecia o argumento denexo de causalidade para ação em saúde. Cacique Toninho questionou a compreensão holística da CT-Saúde quanto a condição de saúde geral da população atingida, ao que Lucas Marciano respondeu como sendo entendido pela CT-Saúde a necessidade de atuação integrada do sistema de saúde nas localidades, a partir da identificação das fontes de exposição, fortalecendo a vigilância em saúde, atenção primária em saúde e direcionamento do paciente para a rede disponível, através de aprimoramento da rede laboratorial e encaminhamento para atenção especializada, etc. Por fim, informou que o trabalho realizado pela Câmara Técnica visava a orientação e apoio aos municípios no processo de elaboração dos planos de ação em saúde para proposição de ações integradas e assertivas com relação aos danos em saúde levantados. Jadilson Gomes fez fala sobre tratativas morosas com a Fundação</p>
------------------	--

	Renova para aplicação efetiva das deliberações e informou sobre decisão judicial a respeito da execução dos planos de ação em saúde.
Manifestação	Isabella Guerreiro registrou posição já apresentada da Fundação Renova, que compreendia o condicionamento da elaboração dos Planos de Ação em Saúde à realização dos estudos epidemiológicos, tratados judicialmente no âmbito do Eixo Prioritário 2.
Deliberação nº733	Aprovada.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
Itens 5.1, 5.3, 5.4 e 5.5	
Discussão	Foi exibida minuta de deliberação apresentada pelo coordenador Lucas Daniel com proposta de notificação à Fundação Renova por descumprimento da execução dos planos de ação em saúde dos municípios de Caratinga/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, São José do Goiabal/MG e São Mateus/ES. Após registro de manifestação, Jadilson Gomes lamentou a postura de recorrentes negativas da Fundação Renova quanto ao cumprimento dos Planos de Ação em Saúde e afirmou a importância de mecanismo que garantisse o cumprimento da reparação, que muitas vezes ficava travada em questões importantes diante da conduta da Fundação Renova.
Manifestação	Isabella Guerreiro registrou posicionamento da Fundação Renova de condicionamento da elaboração dos Planos de Ação em Saúde à realização dos estudos epidemiológicos tratados judicialmente no âmbito do Eixo Prioritário 2. Com relação ao município de São Mateus/ES, manifestaram discordância quanto ao apresentado pois o município não compunha o rol de municípios atingidos listados no TTAC. Por fim, informou sobre decisão judicial do Tribunal Regional da 6ª Região suspendendo os efeitos da Deliberação nº 58 até realização de perícia judicial.
Deliberação nº 734	Aprovada.
Deliberação nº 735	Aprovada.
Deliberação nº 736	Aprovada.
Deliberação nº 737	Aprovada.

Ao final, Joice Lopes pediu a fala para solicitar a manutenção da realização da 73ª Reunião Ordinária em Aracruz/ES. Célia Melo esclareceu que a reunião de Mariana/MG seria realizada em novembro e que foi realocada para dezembro. Explicou ainda que o volume de pessoas esperado para Aracruz/ES era muito grande e que o município seria contemplado no próximo ano. Esclareceu que a alteração ocorreu por decisão do Comitê juntamente com o Presidente do CIF. Cacique Toninho fez fala reiterando a importância da mobilização das autoridades públicas dos municípios para participação nas reuniões do CIF.

Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)	
6.1 Conclusão de itens de cláusula do PG-10 - Programa de Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga	
Discussão	Juliana fez apresentação sobre o encerramento e conclusão da Cláusula 84 alíneas “c”, “g” e “q”, Cláusula 86 e Cláusula 87. A Ernest & Young emitiu relatório respaldando a conclusão dos itens de cláusula. Ainda, CT-INFRA fez análise através de Nota Técnica cuja conclusão aponta a aprovação da solicitação, aliada à visita técnica para verificação da aderência da solicitação. Pedro Brandão questionou sobre documentos de aceite; Thays Coutinho e Juliana Ferraz informaram que os documentos de autorização de entrega foram avaliados e incorporados em relatório da auditoria. Foi consensuado que os referidos documentos seriam disponibilizados aos membros da mesa para conhecimento.
Manifestação	Sem objeções registradas pela Fundação Renova.
Deliberação n.º 738	Aprovada.

Ao final dos debates, Célia Melo fez fala sobre a CT-OS, informando sobre indicação de Defensora Pública de Minas Gerais que optou por não continuar; a SECEX segue em mobilização para conseguir nova indicação com a DPU. Jadilson Gomes questionou a possibilidade de indicação de coordenação interina. Célia Melo informou que a questão estava sendo tratada pela IAJ para conhecimento do juízo.

Por fim, às dezesseis horas e vinte e quatro minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, Célia Melo, deu por encerrada a 72ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA, Presidente**, em 31/01/2024, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **18169228** e o código CRC **AC0F8FD7**.